

A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO (CPA)

JOICE DA COSTA MARTINS

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

joicemartins.rh@gmail.com

JORGE LUIZ LORDÊLO DE SALES RIBEIRO

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

josales@ufba.br

RESUMO

A participação é uma das características norteadoras na construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e amplamente mencionada na literatura como requisito para a realização de uma avaliação formativa e emancipatória, com foco na melhoria da qualidade do ensino superior. O SINAES estabelece que a avaliação deverá assegurar a participação dos três corpos sociais que compõem a comunidade acadêmica, Docentes, Discentes, servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) e da Sociedade Civil organizada. Neste sentido, o presente estudo buscou compreender como os membros das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) percebem a participação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) na avaliação institucional das universidades públicas federais brasileiras. A amostra da pesquisa foi composta pelas cinco universidades federais melhor conceituadas no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2014, uma por região do país, sendo selecionadas a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os dados obtidos através de questionário eletrônico foram organizados numa matriz e agrupados às categorias com as quais possuem correlação. Os resultados encontrados demonstram que, embora os membros das CPA percebam a participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional, ela ainda se demonstra pouco uniforme e, muitas vezes, inexpressiva.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Servidores Técnico-Administrativos em Educação. TAE. Universidades Federais. Sinaes.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação pode “se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que o avaliador e o avaliado buscam e sofrem uma mudança qualitativa” (DEMO, 2010, p. 1-2). Desde a sua implantação no Brasil, a Avaliação Institucional, no contexto da educação superior, passou por diversos momentos, variando de acordo com o período histórico e perfil de governo.

Os processos de avaliação institucional existentes até 2003 dispunham-se basicamente a descrever e quantificar variáveis baseadas em controle, fiscalização e forte caráter punitivo (DAVOK, 2007). A partir de 2004, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a avaliação institucional passou a ser realizada numa perspectiva que se propunha a priorizar a autonomia das instituições e os processos educativos emancipatórios, articulando a avaliação externa a uma avaliação interna, realizada com participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e Servidores Técnico-Administrativos em Educação) e da sociedade civil organizada.

Mais do que rotinas avaliativas específicas e pulverizadas, a avaliação institucional deve buscar a compreensão sistêmica da universidade, reconhecendo e integrando suas diversas dimensões (BALZAN, 1995). Alberto e Balzan (2008, p. 753), apontam que “como conceito plural, fluído, multifacetado, a avaliação deve ser participativa, de caráter político e ético, embora seja apresentada como técnica e neutra”. É fundamental entender as relações e sentidos que permeiam a avaliação institucional praticada atualmente no Brasil, bem como as influências que podem exercer sobre a forma de pensar e agir dos sujeitos partícipes do processo, em espaços individuais e coletivos, privados e públicos (ALBERTO; BALZAN, 2008). Dias Sobrinho (1995, p.70) afirma que ela deve:

[...] integrar de modo permanente a reflexão e as práticas políticas e administrativas que orientam e dão coerência ao sistema educativo da universidade, combinando a auto-avaliação ou avaliação interna com a avaliação externa, os fatores quantitativos e os qualitativos, os processos e os resultados e introjetando em sua metodologia a metaavaliação.

A garantia de padrão de qualidade é um dos princípios constitucionais para a oferta do ensino e, de acordo com Demo (2010, p. 7), conforme se privilegia políticas de teor qualitativo, se torna fundamental estabelecer mecanismos de avaliação, sob risco de não possuir elementos argumentativos na disputa com políticas quantitativistas. Assim, a avaliação institucional, conceito que, segundo Ristoff (1995, p. 46), traz já em sua grafia uma concepção valorativa, vem sendo o meio utilizado para mensurar e garantir a qualidade da educação.

Alberto e Balzan (2008, p. 753) afirmam que “fruto de negociações, acordos e pactos que confirmam visões de mundo, de educação e de homem, a avaliação tem sido usada para excluir e submeter, para manter e não transformar.” No entanto, para Dias Sobrinho (2000), a avaliação institucional deve ocorrer como processo participativo, formativo e formador que busca gerar uma visão sistêmica da universidade, conhecendo-a para compreender seus obstáculos e desacertos, e fomentando circunstâncias para o seu desenvolvimento qualitativo.

Já que melhoria da qualidade da educação superior é uma das finalidades da avaliação institucional proposta pelo SINAES, uma avaliação realizada em perspectiva qualitativa traz como elemento central a participação, tendo em vista que a sabedoria é construída a partir da vivência comunitária. Ela deve valorizar fatores como representatividade, legitimidade, participação da base, planejamento participativo, convivência, identidade ideológica, consciência política, solidariedade comunitária, capacidade crítica e autocrítica, além de outros elementos que corroborem o desenvolvimento da cidadania (DEMO, 2010).

Ao observar o fenômeno da participação de modo geral, é possível perceber o quanto ele possui um significado singular na história da construção da sociedade e na evolução da democracia, pois foi a partir da percepção da importância da participação que os movimentos democráticos passaram a mobilizar todos os setores da sociedade e conseguiram promover mudanças no mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento, na busca pela construção de nações socialmente mais justas (ROCHA; BURSZTYN, 2005).

É preciso ir além e afirmar que a história humana é uma construção dos sujeitos sociais. Ainda que também determinados pelas contradições da vida social, os agentes sociais são sujeitos e, então, problematizam e atribuem significação ao mundo. A educação apresenta um sentido mais forte, portanto, quando dinamiza os processos de subjetivação, ou seja, quando atua fundamentalmente para a transformação efetiva de indivíduos em sujeitos sociais. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 22)

O campo da sociologia conceitua participação como o nível de integração do sujeito a um grupo, sociedade ou instituição, de acordo com o tipo de relação que mantém com os demais e a capacidade de conscientização política e social. Os espaços de participação têm o potencial de proporcionar o fortalecimento do exercício da democracia, mas também podem servir como instrumento para a construção de consensos que atendam aos interesses de indivíduos ou grupos específicos, e não à coletividade (SAYAGO, 2000).

A democracia exige participação e, para além da participação de todos na sua criação, demanda a reiteração permanente do desejo coletivo que a impulsionou. A participação a partir da representação deve estar subordinada à soberania da coletividade, pois a participação, e não somente mediante o voto, é o instrumento de poder do qual a sociedade dispõe (ROUSSEAU, 2005). Balachevsky (2005, p. 195), a partir da obra de Stuart Mill, afirma que “a participação política não é e não pode ser encarada como um privilégio de poucos” [...] “o trato da coisa pública diz respeito a todos”.

Na literatura encontramos algumas propostas de tipificação da participação. Para Nascimento (1986), a participação pode ser democrática, quando possibilita intervenções ou a adoção de sentidos distintos daqueles presumidos, ou autoritária, quando serve ao propósito de validar posicionamentos já definidos. Nesta mesma linha, Azevedo e Prates (1991) classificam a participação como “restrita ou instrumental”, quando envolve apenas os atores sociais beneficiários de uma determinada proposta ou “ampliada ou neocorporativista”, quando há influência, direta ou indireta, de alguns grupos sociais sobre o processo decisório. Uma terceira proposta é a escala de Sherry Arnstein, trazida por Vianna, Cavalcanti e Cabral (2009), que distingue três níveis possíveis de participação: 1) o nível mais baixo, onde a participação não existe, limitando-se a uma maneira de manipular o apoio público; 2) o segundo nível, onde os implicados são informados ou consultados, contribuindo figurativamente; 3) o terceiro nível, que presume colaboração, delegação de poderes e controle, representando o efetivo poder dos cidadãos.

A cidadania ativa, qualificada e atuante, é fundamental ao alcance das metas de bem-estar e progresso. Embora seja possível identificar avanços importantes na participação social na construção da jovem democracia brasileira, este princípio ainda se demonstra embrionário e enfrenta muitos obstáculos. Dentre estes obstáculos está a cultura de atribuir aos detentores do conhecimento científico o poder de tomada de decisão, em detrimento daqueles que vivenciam o cotidiano e são os principais afetados por estas decisões, o que cria uma participação acentuadamente assimétrica (COSTA; BURSZTYN; NASCIMENTO, 2009; ROCHA; BURSZTYN, 2005).

No âmbito da avaliação institucional, o desejo por uma participação democrática emergiu como um dos anseios da comunidade da educação superior insatisfeita com o modelo de Exame Nacional de Cursos, popularmente conhecido como “Provão” (DIAS SOBRINHO,

2010). Diante deste cenário e havendo predisposição do então Governo à mudança, foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a partir de proposta elaborada pela Comissão Especial de Avaliação e tendo como características essenciais “justiça, rigor, efetividade, integração, globalidade, participação, eficácia formativa, efetividade social, flexibilidade, credibilidade, legitimidade, institucionalidade, continuidade, respeito à identidade institucional, sistematização” (BRASIL, 2003).

O SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece que a avaliação deve garantir a participação dos três corpos sociais que compõem a comunidade acadêmica (discentes, docentes e servidores TAE), bem como da sociedade civil organizada, inclusive na composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Além disso, deve considerar, entre outras, a dimensão que contempla a organização e gestão da instituição, seu funcionamento e a representatividade dos seus colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios. (BRASIL, 2004).

Os Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE), que compõem um dos corpos sociais das instituições universitárias, são responsáveis pelas atividades-meio, processos administrativos que permeiam toda a instituição e interagem com toda a comunidade acadêmica (ALBERTO; BALZAN, 2008). Por esta razão o SINAES os coloca como sujeitos da avaliação, integrantes da CPA, e destina atenção à sua carreira, desenvolvimento profissional e condições de trabalho.

No entanto, embora os estudos acerca da participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional sejam escassos, os existentes apontam uma participação pequena. Dentre os estudos encontrados, podemos destacar o de Alberto e Balzan (2008), que aborda a participação dos servidores TAE na elaboração do projeto político-pedagógico de uma IES e o de Andriola e Souza (2010), que trata das suas representações sociais em relação à autoavaliação institucional, mas nenhum deles nos apresenta elementos que possam asseverar que há efetiva participação dos servidores TAE na avaliação institucional das Instituições de Ensino Superior (IES) e em que nível ela ocorre.

Buscando diminuir esta lacuna e inspirados nas classificações dos autores apresentados anteriormente, criamos uma categorização, que será apresentada a seguir – Quadro 2, baseada na qual buscamos compreender, num artigo publicado recentemente, como a participação dos TAE é referida nos relatórios de autoavaliação institucional de universidades federais brasileiras (MARTINS E RIBEIRO, 2018).

Neste sentido, considerando que a participação é uma importante premissa instituída pelo SINAES para a avaliação institucional, bem como o papel central das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) na autoavaliação institucional, este estudo se propõe a compreender como ocorre a participação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) no processo de avaliação institucional das universidades federais brasileiras, a partir da percepção dos membros das Comissões Próprias de Avaliação (CPA).

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Utilizando como critério o maior Índice Geral de Cursos (IGC) na edição de 2014, o universo de pesquisa é composto pelos membros das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) de cinco universidades federais brasileiras, uma em cada região geográfica do país: a Universidade Federal do Pará (UFPA), localizada na região Norte, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), localizada na região Nordeste, a Universidade de Brasília (UNB), localizada na região Centro-Oeste, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), localizada na região Sudeste e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizada na região Sul.

A identificação dos membros das CPA das universidades estudadas foi feita a partir das informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos (*sites*) oficiais de cada uma delas. O contato com os membros foi feito diretamente por correio eletrônico (*e-mail*) ou por intermédio da IES, quando os endereços eletrônicos não estavam divulgados. Por fim, do total de 72 membros existentes (E) das cinco CPA selecionadas, foram localizados (L) 54 endereços eletrônicos, distribuídos conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Número total de membros existentes em cada CPA (E) e número de endereços localizados (L).

CATEGORIAS	UFPA		UFPE		UNB		UFMG		UFRGS		TOTAL (categoria)	
	E	L	E	L	E	L	E	L	E	L	E	L
Discentes	2	0	2	2	4	1	0	0	4	0	12	3
Docentes	4	4	5	5	5	5	6	6	8	7	28	27
Servidores TAE	4	4	3	3	4	4	5	5	4	2	20	18
Sociedade Civil	3	3	2	2	2	0	1	1	2	0	10	6
TOTAL (IES)	13	11	12	12	15	10	12	12	18	9	70	54

Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações foram coletadas a partir de questionário eletrônico, enviado aos membros das CPA através da plataforma SurveyMonkey, no período de 18/06 a 31/07/2018, composto por 17 perguntas de diferentes formatos: abertas, de múltipla escolha e utilizando escala do tipo Likert (seis pontos). As questões foram elaboradas a partir das categorias estabelecidas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias pré-estabelecidas para o estudo.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO
PARTICIPA	Como AVALIADOR	Quando o servidor TAE é instado a opinar sobre os aspectos avaliativos, participando de maneira simbólica.
	Como AVALIADO	Quando o servidor TAE é objeto de avaliação pelo coletivo, contribuindo de forma figurativa.
	Como <i>STAKEHOLDER</i>	Quando o servidor TAE participa da elaboração das políticas de avaliação da instituição, através da frequência a reuniões, audiências públicas, e/ou participa da análise e elaboração dos relatórios, também se configurando numa cooperação superficial.
NÃO PARTICIPA	-	Quando o servidor TAE é considerado como variável comparativa para construção da proporcionalidade entre os membros da comunidade acadêmica ou mencionado quanto à capacitação, qualificação e outros elementos que denotem qualidade. Nesta categoria, o servidor TAE é utilizado como instrumento para manipulação da opinião pública.

Fonte: Martins e Ribeiro, 2018.

As questões 1 e 2 versavam sobre a manifestação da concordância em participar da pesquisa, precedida pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As questões de 3 a 6 tratavam de dados institucionais que caracterizavam a mostra. Para a análise dos dados as questões 7 a 14, bem como as afirmativas da questão 15, diretamente relacionadas às categorias do estudo, foram organizadas numa matriz e agrupadas às categorias com as quais possuem correlação, conforme Quadro 3, podendo eventualmente a questão estar relacionada a mais de uma categoria.

Quadro 3 – Matriz de análise

Como AVALIADOR	Quais instrumentos a sua Universidade utiliza para a autoavaliação institucional? *É possível escolher mais de uma opção.
----------------	---

	Qual percentual aproximado de resposta da comunidade acadêmica ao(s) instrumento(s) de autoavaliação institucional você apontaria:
	Qual percentual aproximado de resposta ao(s) instrumento(s) de autoavaliação institucional você atribuiria à categoria de servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE):
	Todas as categorias que compõem a comunidade acadêmica participam igualmente da autoavaliação institucional da minha Universidade.
	Os servidores TAE são instados a opinar sobre aspectos relativos à autoavaliação institucional da minha universidade.
	Na minha Universidade, a contribuição dos servidores TAE é considerada no processo de tomada de decisão em relação às políticas de autoavaliação institucional.
Como AVALIADO	Quais instrumentos a sua Universidade utiliza para a autoavaliação institucional? *É possível escolher mais de uma opção.
Como STAKEHOLDER	Qual nível de participação você atribuiria a cada categoria integrante da CPA na elaboração do projeto de autoavaliação institucional da sua Universidade? (6 significa "participa ativamente" e 1 "participação insipiente")
	Qual nível de participação você atribuiria a cada categoria integrante da CPA na análise dos dados e consolidação dos relatórios de autoavaliação institucional da sua Universidade? (6 significa "participa ativamente" e 1 "participação insipiente")
	Além do convite genérico divulgado nas páginas oficiais da CPA, como é feito o convite específico para:
	Qual percentual aproximado de adesão da comunidade acadêmica ao seminário de autoavaliação institucional você apontaria:
	Qual percentual aproximado de adesão ao seminário de autoavaliação institucional você atribuiria à categoria de servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE):
	Todos os membros participam ativamente das atividades e reuniões da CPA da minha Universidade.
	Os servidores TAE participam da elaboração de políticas de avaliação da minha Universidade, através da participação em reuniões, seminários de autoavaliação institucional, ou outros eventos destinados a este fim.

Fonte: elaborado pelos autores.

Nas questões 7 e 8, que tratavam de nível de participação possibilitando atribuição de conceitos de 1 a 6, aquelas que obtiveram conceitos 1 e 2 foram consideradas “baixa participação”; aquelas que obtiveram conceitos 3 e 4, foram consideradas como “média participação” e as que obtiveram conceitos 5 e 6, consideradas “alta participação”. No tocante às afirmativas da questão 15, que possibilitavam a concordância ou discordância numa escala de 1 a 6, aquelas que obtiveram conceito 1 foram consideradas “discordo totalmente”; aquelas que obtiveram conceitos 2 e 3 foram consideradas como “discordo parcialmente”, as que obtiveram conceitos 4 e 5 foram consideradas “concordo parcialmente”, e aquelas que obtiveram conceito 6 foram consideradas “concordo totalmente”. Para as questões que apresentavam como possibilidade de resposta faixas percentuais, foram atribuídos os conceitos “péssimo”, para até 10%, “ruim”, para 10 a 25%, “regular”, para 25 a 50%, “bom”, para 50 a 75%, e “excelente”, para acima de 75%.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, cabe registrar que, após a identificação dos membros das CPA, passamos à localização dos seus endereços eletrônicos, o que demandou maiores esforços do que o inicialmente planejado. Apenas a UFPE disponibilizava a totalidade dos endereços na página oficial da CPA. Para as demais instituições foi necessário enviar mensagem eletrônica

aos setores responsáveis solicitando os endereços, realizar buscas na internet e, em alguns casos, realizar contatos telefônicos com as CPA solicitando os endereços faltantes. Ainda assim, apenas duas das cinco CPA que compõem nosso universo de pesquisa disponibilizaram a totalidade dos endereços eletrônicos de seus membros, conforme evidencia o Quadro 1.

Dos 54 membros das CPA para os quais o questionário foi enviado, 20 o acessaram. Um deles informou não desejar participar da pesquisa, mas não sinalizou a motivação e outros dois, embora tenham concordado em participar, deixaram de responder o questionário em seguida. Os 17 integrantes de CPA que aceitaram colaborar com o estudo se distribuem conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Distribuição dos respondentes por Universidade e por categoria.

CATEGORIAS	UFPA	UFPE	UNB	UFMG	UFRGS	TOTAL (categoria)
Discentes	0	0	1	0	0	1
Docentes	1	0	2	1	2	6
Servidores TAE	0	2	1	3	1	7
Sociedade Civil	1	0	0	1	0	2
Outros ¹	0	0	0	0	1	1
TOTAL (IES)	2	2	4	5	4	17

Fonte: elaborado pelos autores.

Vale observar que os dados do Quadro 4 demonstram que Docentes e servidores TAE concentram o maior número de respondentes da pesquisa e a participação da categoria Discente é ínfima. Tal fenômeno pode estar relacionado à natureza do vínculo com a instituição, temporário para os Discentes e mais duradouro, quando não permanente, para os Docentes e servidores TAE. A seguir, apresentamos e discutimos os dados apresentados pelos respondentes da nossa pesquisa, organizados por instituição o que nos permitirá uma análise caso a caso.

3.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Na UFPA, dos onze membros da CPA para os quais o questionário foi enviado, apenas dois colaboraram com a pesquisa. Há divergência na percepção sobre a forma como os integrantes da CPA são escolhidos, enquanto um dos respondentes aponta que há indicação por parte das entidades de classe, o outro afirma que os pares sugerem nomes, mas a indicação é feita por instâncias superiores da Universidade. Esta imprecisão inviabiliza uma constatação sobre a escolha dos representantes dos servidores TAE ser feita de maneira mais ou menos democrática. Os respondentes são unânimes em concordar totalmente que há paridade em relação ao número de representantes de cada categoria na constituição da CPA, o que corrobora a informação disponibilizada pela CPA da instituição em seu *site*.

Segundo os respondentes, a UFPA utiliza questionário de autoavaliação institucional, englobando as dimensões do SINAES, e adequado a cada categoria da comunidade acadêmica. Eles demonstraram concordar totalmente quando questionados sobre os servidores TAE serem instados a opinar sobre aspectos relativos à autoavaliação institucional, bem como concordar parcial a totalmente quanto às suas contribuições serem consideradas no processo de tomada de decisão. Embora o percentual de resposta dos servidores TAE ao questionário seja regular, entre 10 e 25%, considerando os critérios de análise, os servidores TAE da UFPA participam da avaliação com questionário destinado a esta categoria; opinam em relação ao processo de autoavaliação e participam da tomada de decisões. Portanto, participam da avaliação institucional como AVALIADOR.

Além disso, a aplicação de questionário de autoavaliação institucional englobando as dimensões do SINAES, o que inclui a avaliação de aspectos do funcionamento administrativo da IES, configura a atuação desta categoria na condição de AVALIADO. Cabe registrar que

nossos respondentes não apontam o questionário de avaliação de desempenho como instrumento de autoavaliação institucional.

Para os nossos respondentes, os representantes dos servidores TAE na CPA possuem nível alto de participação tanto na elaboração do projeto, quanto na análise dos dados e consolidação dos relatórios de autoavaliação institucional. Eles divergem sobre todos os membros da CPA participarem ativamente das reuniões: enquanto um demonstra concordância totalmente, o outro, em sentido oposto, demonstra discordância totalmente da afirmativa. Os respondentes apontam que a instituição convida a comunidade acadêmica para os seminários de autoavaliação institucional através de listas de e-mail, da direção das unidades e também do Sistema Integrado de Gestão (SIG), sendo utilizadas as mesmas ferramentas para todas as categorias. No entanto, os respondentes apontam que a participação dos servidores TAE nos seminários de autoavaliação institucional está entre ruim e regular (um considera que a participação é de até 10%, enquanto o outro aponta que ela está entre 10 e 25%). Constatamos que os servidores TAE da UFPA participam da elaboração de políticas de avaliação, através da participação em reuniões, seminários de autoavaliação institucional, ou outros eventos destinados a este fim e, considerando os critérios de análise, participam da avaliação institucional na condição de STAKEHOLDER.

Não obstante a percepção dos nossos respondentes aponte para a participação dos servidores TAE nas três categorias propostas para este estudo, AVALIADOR, AVALIADO e STAKEHOLDER, quando questionados sobre sua opinião acerca da participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional, o respondente R1 considera:

Abaixo do desejável. No entanto, acreditamos que teremos mudanças neste cenário, devido a eventos de conscientização em que tivemos uma participação mais expressiva dos TAE.

Na mesma esteira, o respondente R2 aponta que:

O resultado da participação dos servidores Técnicos (TAE), na autoavaliação institucional, não foi satisfatório. Mas desde o último questionário aplicado, estamos trabalhando a sensibilização dos técnicos, com formação continuada em autoavaliação, por meio do centro de capacitação da IES. Esperamos que a partir dessa ação, o resultado do próximo questionário seja melhor.

3.2. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

O questionário foi enviado aos doze membros da CPA da UFPE, dos quais dois responderam. Segundo nossos respondentes, os membros da CPA são escolhidos por indicação de instâncias superiores da própria Universidade, o que indica que os servidores TAE não escolhem democrática ou representativamente seus representantes. Além disso, concordam totalmente que não há paridade na composição da CPA, o que converge com a informação disponível no próprio *site* da CPA da UFPE.

Os respondentes indicam que a instituição não utiliza questionário de autoavaliação institucional, englobando as dimensões do SINAES, ou instrumento correlato. Eles discordam totalmente quanto às categorias integrantes da comunidade acadêmica participarem igualmente da autoavaliação institucional da instituição, bem como quanto aos servidores TAE serem instados a opinar sobre os aspectos relativos à autoavaliação institucional e suas contribuições serem consideradas no processo de tomada de decisão, o que, na perspectiva proposta pelo nosso estudo, indica que os servidores TAE da UFPE não atuam na condição AVALIADOR.

Além de não avaliarem a instituição, segundo nossos respondentes os servidores TAE são avaliados por ela apenas através de questionário de avaliação de desempenho, que serve a outros propósitos que não a autoavaliação institucional, como a progressão funcional.

Sendo assim, nos parâmetros propostos para este estudo, os servidores TAE não participam na condição de AVALIADO.

Para os nossos respondentes, os servidores TAE que integram a CPA apresentam nível médio de participação tanto na elaboração do projeto, quanto na análise dos dados e consolidação dos relatórios de autoavaliação institucional. Além disso, apontam que os servidores TAE são convidados para os seminários de autoavaliação institucional através da direção das unidades universitárias, enquanto outras categorias da comunidade acadêmica, como a docente, são convidadas diretamente por *e-mail*. Indicam, ainda, que a participação dos servidores TAE nestes eventos é péssima, inferior a 10%. Neste sentido, a sua participação na elaboração de políticas de avaliação da instituição, através da participação em reuniões, seminários de autoavaliação institucional ou outros eventos destinados a este fim, é baixa, assim como a sua participação como STAKEHOLDER, conforme categorias estabelecidas para este estudo.

O cenário percebido pelos nossos respondentes demonstra que a participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional da UFPE é ínfima, o que fica evidente na fala do respondente R3 que afirma que:

Deveria ser mais estimulada. Por um lado, é preciso trazer o TAE para esse espaço e por outro, sensibilizar os docentes da importância da participação dos TAEs nesse processo.

3.3. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

A UNB conta com quinze membros na CPA, dos quais dez receberam nosso questionário e quatro aceitaram colaborar com a nossa pesquisa. Nossos respondentes indicam que a escolha dos representantes dos servidores TAE na CPA é feita por indicação de instâncias superiores da própria Universidade, o que inviabiliza a participação da categoria na escolha de seus representantes, enquanto outras categorias, como a discente, têm seus representantes indicados pela entidade de classe, o que torna o processo de escolha um pouco mais democrático e representativo. Sobre haver paridade na composição da CPA, que no caso da UNB conta com cinco representantes docentes, quatro servidores TAE, quatro discentes e dois representantes da sociedade civil, nossos respondentes tem percepção diametralmente oposta: enquanto os representantes docentes acreditam que sim, os representantes dos servidores TAE apontam que não há.

Nossos respondentes são unânimes em afirmar que a instituição utiliza questionário de autoavaliação institucional, englobando as dimensões do SINAES, adequado a cada categoria da comunidade acadêmica, com percentual ruim de participação dos servidores TAE na resposta ao instrumento, entre 10 e 25%. Embora todos concordem totalmente, quanto aos servidores TAE serem instados a opinar sobre os aspectos da autoavaliação institucional, divergem quanto à participação igualitária de toda a comunidade acadêmica: metade dos respondentes concorda totalmente, enquanto a outra metade discorda total ou parcialmente. Além disso, enquanto os representantes docentes concordam totalmente quanto à opinião dos servidores TAE ser considerada no processo de tomada de decisão, os servidores TAE concordam apenas parcialmente.

Sendo assim, os servidores TAE da UNB opinam em relação ao processo de autoavaliação a partir de questionário destinado a esta categoria e participam do processo de tomada de decisões, conseqüentemente participando da avaliação institucional como AVALIADOR.

A condição de AVALIADO fica evidenciada pela constatação unânime de utilização de questionário de autoavaliação institucional, englobando as dimensões do SINAES, que contempla a avaliação de aspectos do funcionamento administrativo da IES. Nossos respondentes apontam a utilização de questionário de avaliação de desempenho dos servidores

TAE como instrumento de autoavaliação institucional, embora este tenha como função a progressão funcional.

Os respondentes do nosso estudo apontam nível de médio a alto de participação dos representantes dos servidores TAE na elaboração do projeto de autoavaliação institucional e nível alto de participação destes na análise e consolidação dos relatórios. Já sobre todos os membros da CPA participarem ativamente das suas atividades, eles divergem: os representantes dos servidores TAE discordam totalmente da afirmativa, enquanto os demais demonstraram que concordam parcial ou totalmente com ela. Tratando do seminário de autoavaliação institucional, os respondentes apontaram que o convite à comunidade é feito através das listas de e-mail e da direção das unidades universitárias, exceto no caso da categoria discente que é convidada a partir da sua entidade representativa. Nossos respondentes são unânimes em apontar que os servidores TAE participam da elaboração de políticas de avaliação da instituição, através da participação em reuniões, seminários de autoavaliação institucional ou outros eventos destinados a este fim, entretanto sua participação é péssima, não ultrapassando 10%. Tal conjuntura demonstra que a participação do servidor TAE na condição de STAKEHOLDER na UNB existe, embora seja baixa.

Quando questionados acerca de sua opinião sobre a participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional, as falas são bem divergentes. O respondente R4 afirma que:

Não há paridade na constituição da CPA, estando discentes e TAE em menor número.

O respondente R5 aponta que a participação dos servidores TAE:

Poderia ser mais efetiva, todavia se restringe aos mais engajados e não a toda a categoria.

Já o respondente R6, em sentido oposto, aponta que:

Os TAE participam ativamente no processo de autoavaliação institucional e são empoderados no assunto.

Tal cenário leva a crer que, embora parte da comunidade considere que os servidores TAE participam do processo de autoavaliação da instituição, os próprios servidores TAE não se sentem integralmente contemplados neste processo.

3.4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Cinco dos doze membros da CPA da UFMG aceitaram colaborar com nossa pesquisa. A maioria dos nossos respondentes aponta que a representação dos servidores TAE na CPA é escolhida por indicação de instâncias superiores da própria instituição, semelhante às representações de docentes e sociedade civil, enquanto apenas os representantes discentes são escolhidos por indicação da entidade de classe, o que torna o processo de escolha mais democrático para esta última categoria. Além disso, à exceção de um respondente, os demais apontam que não há paridade na composição da CPA, o que corrobora a informação prestada pela CPA da UFMG, que nos indicou seis membros integrantes da categoria docente, cinco membros representantes dos servidores TAE, um membro representante da sociedade civil e nenhum representante discente.

A maioria dos nossos respondentes indicou a utilização de questionário de autoavaliação institucional, englobando as dimensões do SINAES. Entretanto, o respondente R11 afirma que:

A CPA da UFMG reúne os dados relativos aos processos de avaliação que cada setor da instituição já realiza, de modo a responder as dimensões do SINAES. Não aplica questionários de autoavaliação (até o momento). O questionário de avaliação do docente pelo discente passará a ser utilizado pela CPA. Estava em processo de reformulação.

Quanto à participação na resposta ao questionário, os respondentes da nossa pesquisa apontaram que os servidores TAE atingem patamares regulares, ficando entre 25 e 50%. Apenas um dos respondentes concordou totalmente quanto a todos os membros da comunidade acadêmica participarem igualmente do processo de autoavaliação da instituição, enquanto os demais concordaram parcialmente ou discordaram parcialmente desta afirmativa. Nossos respondentes concordaram totalmente em relação aos servidores TAE serem instados a opinar sobre aspectos relativos à autoavaliação institucional e sobre sua opinião ser considerada no processo de tomada de decisão. Este panorama corrobora a participação do servidor TAE na condição de AVALIADOR.

A utilização do questionário de autoavaliação institucional que, entre outros aspectos, analisa o funcionamento administrativo da IES, permite inferir a participação do servidor TAE na condição de AVALIADO. Cabe registrar que, também na UFMG, os respondentes apontam o questionário de avaliação de desempenho como ferramenta de autoavaliação institucional, embora sua utilização seja mais voltada à progressão funcional.

Para os nossos respondentes, os representantes dos servidores TAE possuem nível médio a alto de participação tanto na elaboração do projeto, quanto da análise dos dados e consolidação dos relatórios, entretanto, ainda inferior à participação da representação docente, por exemplo. Eles apontam que a UFMG não realiza seminário de autoavaliação institucional e, conforme o respondente R11:

Não há seminário de autoavaliação institucional na UFMG. Os encontros de autoavaliação são realizados com foco em alguns temas, sujeitos e grupos.

Os respondentes concordaram parcial ou totalmente quanto aos membros da CPA participarem ativamente de suas atividades, mas não há unanimidade quanto aos servidores TAE participarem da elaboração de políticas de avaliação, através da participação em reuniões, seminários, ou outros eventos com esta finalidade: enquanto parte dos respondentes discordaram total ou parcialmente, os demais concordaram totalmente da afirmativa. Nesta conjuntura, fica demonstrada a participação dos servidores TAE na condição de STAKEHOLDER, embora se restrinja apenas à sua representação na CPA.

Instados a opinar acerca da participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional, o respondente R8 afirma que:

Os TAEs que compõem a CPA são ativos nas reuniões e desenvolvimentos das atividades e reuniões, contudo, os não membros não se interessam muito pela autoavaliação institucional.

Já o respondente R7 considera que a participação dos servidores TAE é:

Fundamental, pois a eles cabe uma função mediadora entre gestores, docentes, discentes e pares, especificamente no cotidiano das IFES e no seu gerenciamento administrativo. Daí trazerem dados e informações relevantes.

E o respondente R11 afirma:

Considero ser fundamental, uma vez que em o diálogo com outros atores e setores da universidade proporciona maior conhecimento sobre a instituição e comprometimento com o trabalho desenvolvido.

A conjuntura apresentada demonstra que, embora baixa, existe participação dos servidores TAE na UFMG nas três categorias propostas para este estudo: AVALIADOR, AVALIADO e *STAKEHOLDER*.

3.5. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Dos dezoito membros da CPA da UFRGS, nove receberam o questionário da nossa pesquisa e quatro aceitaram colaborar com ela. De acordo com eles, exceto os representantes discentes, que são indicados pela entidade de classe, todos os membros da CPA são escolhidos por indicação de instâncias superiores da instituição, o que indica que apenas a categoria discente escolhe seus representantes de maneira mais democrática. Embora a CPA conte com oito representantes docentes, quatro representantes dos servidores TAE, quatro representantes discentes e dois representantes da sociedade civil, metade dos nossos respondentes concordam totalmente com a existência de paridade na sua composição e apenas um deles discorda totalmente desta afirmativa.

Apenas um dos respondentes aponta a utilização de questionário de autoavaliação institucional, englobando as dimensões do SINAES, enquanto os demais apontaram a aplicação de questionário de avaliação docente pelo discente, além de outros instrumentos conforme descrito nas observações dos respondentes trazidas a seguir:

Questionário de autoavaliação docente; o primeiro marcado tanto para atividades presenciais quanto a distância; Relatórios das visitas de avaliação de cursos; resultados dos rankings, entre outros. (R13)

Núcleos de avaliação de Unidades possuem autonomia para utilizar instrumentos próprios. (R14)

Autoavaliação docente, avaliação das atividades EAD, avaliação da pós-graduação. (R15)

Entretanto, não restou claro como as informações obtidas através destes instrumentos isolados se agrupam de maneira a consolidar a realidade de toda a instituição. Não havendo instrumento que permita ao servidor TAE opinar sobre os aspectos relativos à autoavaliação institucional, não há como mensurar sua participação, o que é corroborado pelos nossos respondentes quando, por maioria, discordam parcial ou totalmente quanto aos servidores TAE serem instados a opinar sobre estes aspectos. Embora nossos respondentes demonstrem concordem parcial ou totalmente quanto à contribuição dos servidores TAE ser considerada no processo de tomada de decisão em relação às políticas de autoavaliação institucional, o conjunto das informações dos nossos respondentes demonstra que eles não atuam na condição de AVALIADOR.

A não utilização de questionário de autoavaliação institucional, contemplando as dimensões do SINAES, ou instrumento correlato que possa servir a este fim, demonstra que os servidores TAE também não atuam na condição de AVALIADO, conforme perspectiva estabelecida para fins deste estudo.

Os respondentes da nossa pesquisa apontam que os representantes dos servidores TAE na CPA tem participação de média a alta na elaboração do projeto de autoavaliação institucional e participação alta na análise dos dados e consolidação dos relatórios de

autoavaliação institucional. Eles apontam que a UFRGS não realiza seminário de autoavaliação institucional, mas, conforme assevera o respondente R13:

Nosso evento é restrito à CPA, Núcleos de avaliação das unidades e direções de unidade.

Demonstram concordar totalmente quanto a todos os membros da CPA participarem ativamente de suas atividades, bem como concordar parcial ou totalmente quanto aos servidores TAE participarem da elaboração de políticas de avaliação, através da participação em reuniões, seminários ou outros eventos realizados para isso, o que caracteriza a sua participação na condição de *STAKEHOLDER*, conforme categorias propostas para esta pesquisa.

Quando questionados sobre sua opinião em relação à participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional, nossos respondentes afirmaram que:

Considero a participação dos TAE da UFRGS importante e indispensável. (R12)

Eles participam muito e são ativos, como na CPA. (R13)

A composição da CPA inclui número significativo de TAES que participam ativamente, mas não há instrumento geral de pesquisa de opinião de TAES. (R14)

Os servidores engajados participam ativamente. Não há instrumento de avaliação específico de avaliação dos técnicos. (R15)

O conjunto de informações discutidas até aqui permite perceber que a participação dos servidores TAE da UFRGS acontece apenas na categoria *STAKEHOLDER*.

A seguir apresentamos o Quadro 5, que traz uma síntese da percepção dos membros das CPA acerca da participação dos servidores TAE autoavaliação institucional das universidades escolhidas para o nosso estudo.

Quadro 5 – Resumo da análise dos dados fornecidos pelos membros das CPA à luz das categorias pré-estabelecidas.

UNIVERSIDADE	PARTICIPA			NÃO PARTICIPA
	AVALIADOR	AVALIADO	<i>STAKEHOLDER</i>	
UFPA	X	X	X	-
UFPE	-	-	X	-
UNB	X	X	X	-
UFMG	X	X	X	-
UFRGS	-	-	X	-

Fonte: elaborado pelos autores.

A síntese apresentada acima e os dados exibidos anteriormente demonstram que há participação dos servidores TAE na autoavaliação institucional das universidades objeto deste estudo, entretanto esta participação é baixa e heterogênea. Em três das cinco instituições, UFPA, UNB e UFMG, é possível identificar participação em todas as categorias propostas para este estudo. Nas outras duas instituições os servidores TAE atuam apenas como *STAKEHOLDER*.

Embora a participação na condição de AVALIADO seja importante, pois como parte integrante da instituição o servidor TAE precisa de subsídios que permitam também o seu aperfeiçoamento, é a participação como AVALIADOR e *STAKEHOLDER* que permitem a ele

ultrapassar a condição de sujeito passivo e passar a contribuir na elaboração de projetos e políticas de melhoria da qualidade da instituição, e, conseqüentemente, exercer influência no processo de tomada de decisão.

Enquanto a participação como AVALIADO é simbólica e se aproxima muito dos conceitos de participação autoritária, de Nascimento (1986), participação restrita, conforme Azevedo e Prates (1991), e do segundo nível da escala de Sherry Arnstein, apresentada por Vianna, Cavalcanti e Cabral (2009), a participação como AVALIADOR e *STAKEHOLDER* é mais efetiva e se assemelha aos conceitos participação democrática, participação ampliada, ou ainda ao terceiro nível da escala de Sherry Arnstein, dos mesmos autores, respectivamente.

Cabe ressaltar, no entanto, que a participação como *STAKEHOLDER* precisa ser efetivamente exercida e o mais ampliada possível, com o máximo de participação dos servidores TAE como um todo, não se restringindo apenas ao cumprimento legal da exigência de representação por parte desta categoria. Outra questão que não pode deixar de ser considerada é que, embora o quadro apresentado demonstre um cenário aparentemente positivo quanto à participação dos servidores TAE na avaliação institucional das IES estudadas, é importante ressaltar que, mesmo nas instituições onde a participação acontece em todas as categorias, os níveis de participação ainda são baixos, conforme apontam nossos respondentes:

Abaixo do desejável. No entanto, acreditamos que teremos mudanças neste cenário, devido a eventos de conscientização em que tivemos uma participação mais expressiva dos TAE. (R1)

Poderia ser mais efetiva, todavia se restringe aos mais engajados e não a toda a categoria. (R5)

Os TAEs que compõem a CPA são ativos nas reuniões e desenvolvimentos das atividades e reuniões, contudo, os não membros não se interessam muito pela autoavaliação institucional. (R8)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ampliando as perspectivas do estudo anterior, a presente pesquisa buscou identificar como os membros das CPA da UFPA, da UFPE, da UNB, da UFMG e da UFRGS percebem a participação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) no processo de avaliação institucional destas instituições. A análise das informações fornecidas pelos respondentes do nosso estudo demonstrou que, embora seja possível identificar a participação dos servidores TAE no processo de autoavaliação institucional destas universidades, esta participação ainda se apresenta pouco uniforme e, muitas vezes, pouco expressiva.

Mesmo nas IES onde a participação ocorre em todas as categorias propostas para este estudo, AVALIADOR, AVALIADO e *STAKEHOLDER*, o nível de participação ainda é baixo. É importante pontuar também que em algumas das instituições esta participação se restringe aos representantes dos servidores TAE na CPA, que sequer são escolhidos diretamente pela categoria. Ademais, mesmo havendo diferença no número de representantes por categoria na CPA de algumas das IES, parte dos respondentes apontou existência de paridade, demonstrando uma divergência no entendimento deste conceito.

Além disso, a divergência de percepção entre representantes de categorias diferentes indica que, em alguns casos, embora uma parcela da comunidade entenda que a participação dos servidores TAE é satisfatória, uma outra parcela e, provavelmente, os próprios servidores TAE, não sentem a categoria integralmente contemplada pelo processo e participe dele. Outra questão cuja menção é importante é o fato de a maioria absoluta dos nossos respondentes apontar que as entidades representativas das categorias que compõem a

comunidade acadêmica possuem contribuição insipiente no processo de sensibilização sobre a importância da autoavaliação institucional e seu papel norteador das ações institucionais e do quanto a participação neste processo pode ser uma ferramenta de empoderamento institucional.

As informações aqui apresentadas, embora representem a percepção de apenas uma parcela dos sujeitos envolvidos no processo, demonstram que, não obstante existirem esforços na construção de processos avaliativos baseados no princípio da participação, um dos alicerces do SINAES, a participação dos servidores TAE ainda se demonstra inexpressiva na maioria das instituições. Esperamos que este estudo, ainda que com limitações metodológicas e sem qualquer pretensão de esgotar as possibilidades acerca do tema, possa contribuir na discussão da temática e estimular o engajamento das universidades e de seus sujeitos na construção de processos democráticos e participativos de avaliação institucional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antônio Augusto Pereira. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: ANPOCS (Org.). **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Vértice & ANPOCS, 1991. p. 122-152.

DAVOK, Delsi Fries. Avaliação em educação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 12, n. 3, set. 2007, p. 505-513. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n3/a07v12n3.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ALBERTO, Jorge Luís Moreira; BALZAN, Newton César. Avaliação de projeto políticopedagógico pelos funcionários: espaços e representatividade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 745-770, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772008000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SOUZA, Laura Alves de. Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca da autoavaliação institucional. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 45-72, jul. 2010.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Stuart Mill: Liberdade e Representação**. In: WEFFORT, Francisco C. (org). Os Clássicos da Política. Vol 2. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BALZAN, Newton Cesar. A voz do estudante: sua contribuição para a deflagração de um processo de avaliação institucional. In: BALZAN, Newton C.; DIAS SOBRINHO, José (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 115-147.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Especial de Avaliação Sinaes. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira**. Brasília: Inep, 2003. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+%28Sinaes%29+bases+para+uma+nova+proposta+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior/04b7d252-20dc-44b3-a20c-d79b44ef54c7?version=1.0>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Brasília, 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

COSTA, Helena A.; BURSZTYN, Maria Augusta A.; NASCIMENTO, P. do. Participação social em processos de avaliação ambiental estratégica. **Soc. estado.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-113, abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da UNICAMP. In: BALZAN, Newton C.; DIAS SOBRINHO, José (Orgs). **Avaliação Institucional: teoria e experiências.**São Paulo: Cortez, 1995. p. 53-86.
DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa.** Campinas: Editora Autores Associados, 2010.
NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Participação: entre o autoritário e o democrático. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 7, abr. 1986.

ROUSSEAU, Jean Jacques. “Do Contrato Social, Livro III, Capítulo XII” in: WEFFORT, Francisco C. (org). **Os Clássicos da Política.** Vol 1. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

ROCHA, Juliana D.; BURSZTYN, Maria Augusta. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 7, n. 11, set. 2005.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck; CAVALCANTI, Maria de Lourdes; CABRAL, Marta de Pina. Participação em saúde: do que estamos falando? **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 218-251, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 fev. 2018.